



CIDADES RESILIENTES

*finanças, seguros e políticas
para enfrentar catástrofes
climáticas.*

CONTEXTO

O enfrentamento à crise climática é um assunto crucial a todos os países. O **Brasil tem se mostrado particularmente vulnerável a desastres naturais** devido a sua extensão e conjuntura social, ambiental e econômica.

Por esse motivo, **esforços conjuntos das autoridades públicas e setor privado são essenciais** para a construção de políticas voltadas à gestão de riscos e desenvolvimento de estratégias de adaptação para promover a resiliência de cidades brasileiras frente a mudança climática.



**NOS ÚLTIMOS 10
ANOS 93% DOS
MUNICÍPIOS
BRASILEIROS
FORAM ATINGIDOS
POR ALGUM
DESASTRE NATURAL**



OBJETIVOS DO SETOR SEGURADOR

Seguro social catástrofe: oferecer **proteção e amparo financeiro a brasileiros vítimas de desastres naturais** causados por chuvas fortes, inundações e deslizamentos.

Hub de inteligência climática: criar instrumentos de mitigação que facilitem a gestão de riscos climáticos.

Cidades resilientes: promover a agenda de adaptação, auxiliando municípios no desenvolvimento de resiliência frente a mudança climática.



SEGURO SOCIAL CATÁSTROFE

Desenho

O Seguro

Terá **natureza privada** e será contratado mediante **valor mensal** (prêmio de seguro), a ser pago por toda a população do país, para **cobertura danos causados por inundações, alagamentos ou desmoronamentos relacionados a chuvas**.

Indenização

Em **caso de imóvel alcançado pela catástrofe**, a **indenização do seguro, no valor de R\$ 10 mil por residência, será paga diretamente ao segurado pela seguradora**, mediante apresentação, pela prefeitura, da lista de imóveis atingidos pela calamidade ou emergência.

Forma de Cobrança

Dada a necessidade de uma base ampla e solidária, objetivando um valor de seguro baixo e acessível (em torno de R\$ 3 por mês), propõe-se sua cobrança nas contas de energia elétrica, excetuados os beneficiários da Tarifa Social.

Auxílio Funeral

Em caso de **falecimento em razão da catástrofe**, a indenização será feita independentemente do falecimento ter ocorrido dentro ou fora da residência e **será paga aos beneficiário, no valor de R\$ 5 mil**.

HUB DE INTELIGÊNCIA CLIMÁTICA

- **Plataforma colaborativa dedicada à coleta, análise e compartilhamento de dados sobre riscos e impactos climáticos**

- **Objetivos:**

1) Fortalecer a capacidade preditiva, integrando informações meteorológicas, ambientais, socioeconômicas e de perdas seguradas;

2) Permitir o desenvolvimento de produtos inovadores, melhor precificação de riscos e o planejamento de políticas de adaptação e resiliência

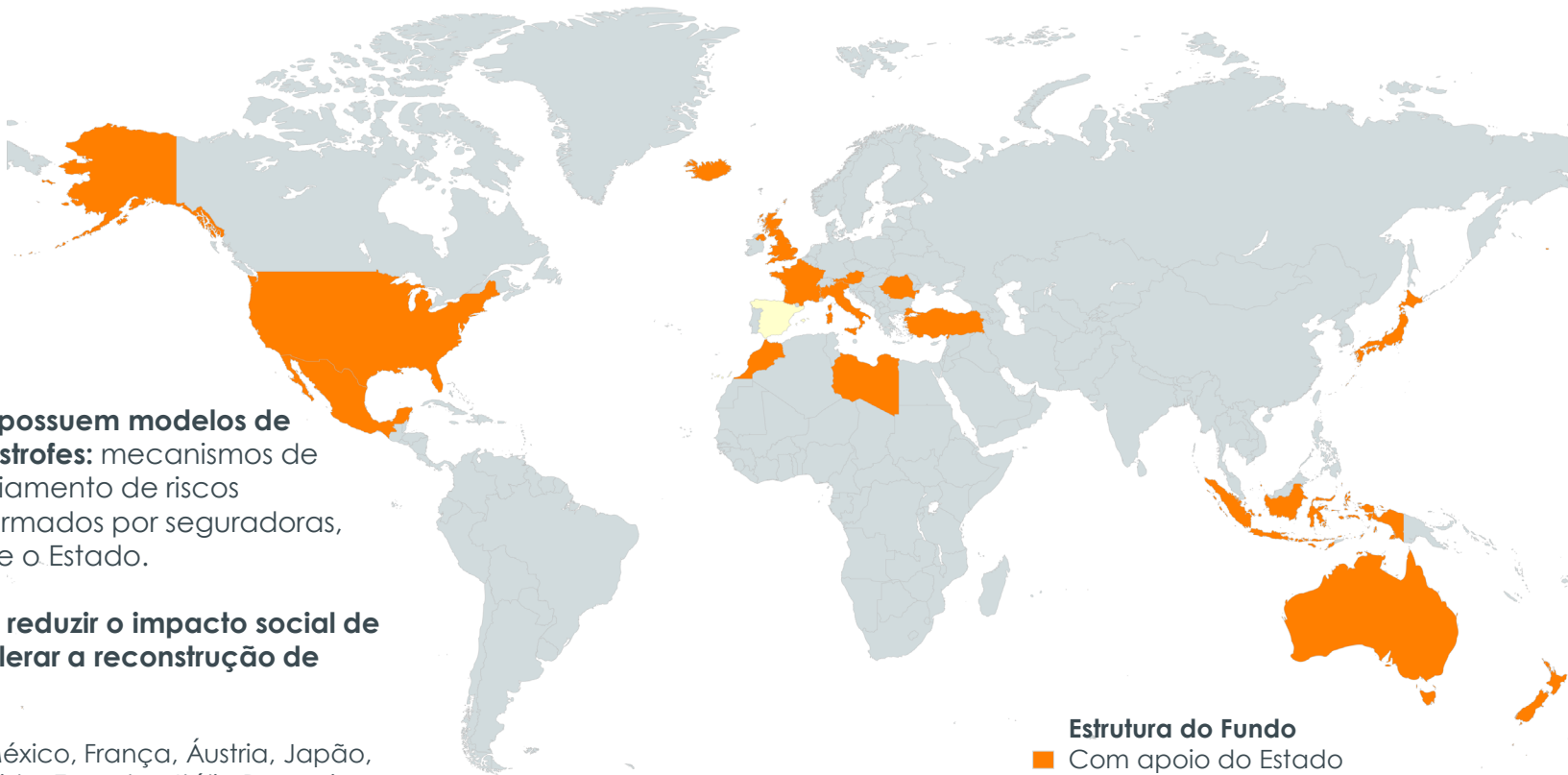
Ferramentas

- **Ferramenta de Conformidade Socioambiental para o Seguro Rural**
- **Ferramenta de avaliação de riscos climáticos**
 - ❑ **Módulo I: Inundação**
 - ❑ MVP 02: Risco de Seca
 - ❑ MVP 03: Risco de Ondas de Calor/Altas Temperaturas e Incêndio
 - ❑ MVP 04: Risco de Tempestades Severas (Vendavais, Granizo)
 - ❑ MVP 05: Risco de Deslizamentos de Terra
 - ❑ MVP 06: Efeitos combinados de Mudança Climáticas

CIDADES RESILIENTES

- Cidades como linha de frente da adaptação
- Entre 2000 e 2019, o número de desastres naturais dobrou e seus impactos continuam crescendo
- Entre 2013 e 2023, municípios brasileiros emitiram 59 mil decretos de emergência climática, com R\$ 400 bilhões em prejuízos
- Apenas 22% se dizem preparados
- Desafios
 - Reduzir o lacuna de proteção; seguro pode reduzir o tempo de resposta, oferecer liquidez imediata e apoiar a reconstrução
 - Atuação em conjunto dos setores público e privado

CIDADES RESILIENTES: MODELOS INTERNACIONAIS



Diversos países possuem modelos de Fundos de Catástrofes: mecanismos de gestão e financiamento de riscos catastróficos, formados por seguradoras, resseguradoras e o Estado.

Projetadas para reduzir o impacto social de desastres e acelerar a reconstrução de infraestruturas.

Estados Unidos, México, França, Áustria, Japão, Islândia, Reino Unido, Espanha, Itália, Romênia, Taiwan, Turquia, Indonésia, Espanha, Austrália, Nova Zelândia, Marrocos

Estrutura do Fundo
■ Com apoio do Estado
■ Independente

CIDADES RESILIENTES: MECANISMOS DE PROTEÇÃO

Características Desejáveis de um Fundo de Apoio

- Possuir natureza jurídica de direito **privado**;
- Possuir uma **governança com participação dos setores público (inclusive com representação dos Municípios) e privado**;
- Atuar no **financiamento** e incentivo à adoção **de medidas**:
 - **preventivas**;
 - **de auxílio e realocação emergenciais de pessoas atingidas**;
 - **de reconstrução ou reestruturação de infraestrutura atingidas**;
- Ter, ao menos, parte da **sua fonte de recursos independente de orçamento públicos** e com alguma recorrência;
- **Ter autonomia para utilizar instrumentos financeiros** que facilitem o alcance dos seus objetivos, mitiguem riscos assumidos e que promovam o uso de soluções privadas que visem os mesmos objetivos.

Características Desejáveis de Mecanismo de Promoção à Resiliência Climática	Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil – FUNCAP (desenho vigente) – Lei 12.340 de 2010
Possuir natureza jurídica de direito privado	✗ Fundo de natureza pública
Possuir uma governança que preveja a participação dos setores público e privado;	✗ Há previsão de Conselho Diretor, mas a Lei e Fundo nunca foram regulamentados
Atuar no financiamento e incentivo à adoção de medidas preventivas;	⚠ Legislação menciona apenas ações de apoio à população
Atuar no financiamento e incentivo à adoção de medidas de auxílio e realocação emergenciais de pessoas atingidas;	✓ “ações de apoio emergencial, de prevenção e gestão do risco à população atingida por desastres [...]”
Atuar no financiamento e incentivo à adoção de medidas de reconstrução ou reestruturação de infraestrutura atingidas;	⚠ “ações de recuperação de áreas atingidas por desastres em entes federados [...]” Atualmente municípios enfrentam diversos problemas para obter recursos para medidas de adaptação de infraestrutura, com a Lei restrita à recuperação
Ter, ao menos, parte da sua fonte de recursos independente de orçamento públicos e com alguma recorrência;	✓ Recursos referentes a apólices de seguro de vida não reclamadas (§ 4º do art. 112 da Lei 15.040)
Ter autonomia para utilizar instrumentos financeiros que facilitem o alcance dos seus objetivos, mitiguem riscos assumidos e que promovam o uso de soluções privadas que visem os mesmos objetivos.	✗ Não permite compra se apólice de seguro, Letra de Risco de Seguro (LRS – <i>cat bond</i>), obtenção de linhas de financiamento junto à organismos internacionais (Banco Mundial, BID), entre outros.

Obrigada

